

# EDUCAÇÃO: A ÁGORA OU WALL STREET? – UMA FALSA QUESTÃO

## Ou, o preço de não cultivar as humanidades

**Carlos Alves<sup>1</sup>**

*Membro Associado do Observatório Político*

### **Resumo**

Há segundo Martha C. Nussbaum uma ligação estreita e delicada entre a democracia e as humanidades. Uma relação profícua que reforça a democracia, uma vez que o currículo que constitui as artes e as humanidades, pela natureza das disciplinas constituintes, é fundamental para formar cidadãos autónomos, críticos, preocupados com os que o rodeiam e com os problemas que constituem o seu tempo. Ora, esses cidadãos são essenciais para a democracia que sai, assim, valorizada. Menorizar as humanidades é, por isso, enfraquecer a democracia. Não contrariar, nem questionar essa tendência desvalorizadora é perder terreno para um modelo educativo obcecado com o lucro, usando a educação como um meio estrito para as metas do PIB e não do engrandecimento do cidadão no seu todo, agente fundamental para a concretização dos objetivos democráticos.

### **Palavras-Chave**

cidadania, democracia, educação, Martha C. Nussbaum

---

<sup>1</sup> Investigador Doutorando do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI); Fórum Intervenção | Fórum Permanente de discussão e reflexão política para a promoção da Cidadania Ativa.

## Introdução

Um friso cronológico relativo à educação evidencia a desvalorização que as humanidades têm vindo a ser votadas, perdendo terreno para modelos curriculares centrados na economia em vez dos cidadãos, ou tratando-os como ativos ao serviço do PIB.

Desta visão falaciosamente maniqueísta do que não está ao serviço da economia está contra ela, notoriamente errada no caso das humanidades, advém, precisamente o subfinanciamento, a relativização e a perda de preponderância educativa destas.

É nossa convicção de que esta atitude manifestada, pragmaticamente, em políticas compromete a cidadania, uma vez que as disciplinas constitutivas das humanidades são essenciais para o desenvolvimento desta. É, também, nosso entendimento que o envolvimento cidadão é fundamental para a robustez democrática, pelo que o desvirtuamento das humanidades tem como consequente corolário o enfraquecimento da qualidade da democracia.

As perguntas que norteiam este trabalho podem, eventualmente, reduzir-se a: Porque são as humanidades imprescindíveis para o futuro da democracia?

Qual a razão para a sua desvalorização?

Da revisão da literatura sobressai, a propósito da análise que norteia o nosso trabalho, o nome de Martha C. Nussbaum e é devido a isso que utilizaremos o seu pensamento para nos conduzir num caminho onde é notória uma degradação da importância das humanidades ante saberes e áreas consensualmente mais preparadas para os desafios e objetivos neoliberais.

Em 1997, Martha C. Nussbaum, em *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education*, responde aos ataques ao multiculturalismo, baseando-se nas ideias de Sócrates, dos estóicos e Séneca de quem deriva o título da obra.

Nussbaum apresenta uma poderosa visão da educação liberal com fortes raízes históricas e importantes fundações filosóficas.

Defende uma visão socrática da educação, colocando no seu âmago uma vida examinada. A sua perspetiva encontra-se alicerçada no

cosmopolitismo estóico, sublinhando a importância de se colocar no lugar do outro. A sua argumentação, fruto da sua formação classicista, está enraizada numa sólida argumentação onde sai destacada a relevância dos clássicos.

Nussbaum argumenta que o propósito da educação liberal é cultivar a humanidade, ou seja, educar para a cidadania. Cultivamos a humanidade desenvolvendo três competências, a saber: 1) a capacidade para a autocrítica e pensamento crítico sobre as próprias tradições e cultura; 2) a capacidade de se conceber como um ser humano ligado a todos os seres humanos com preocupação; 3) a capacidade de possuir uma imaginação narrativa, ou seja ser capaz de nutrir empatia pelos outros e colocar-se no seu lugar.

Ao desenvolver estas capacidades o indivíduo torna-se melhor preparado para a cidadania global.

Simultaneamente, a filósofa, pressupõe que a forma ideal de governo é a democracia deliberativa, por oposição a uma democracia baseada em conflitos de interesses de grupos, bem como formas não democráticas de governo.

O que emerge do seu pensamento é que a educação liberal não pode ser defendida separada de compromissos morais e políticos que incluem: o cosmopolitismo, o respeito pela pessoa e a democracia deliberativa.

Se em 1997 esses são pontos essenciais no pensamento da autora, em 2010 Martha C. Nussbaum publicou *Not For Profit: Why Democracy Needs the Humanities* onde, baseando-se nos casos dos EUA e da Índia, denuncia o que considera um verdadeiro cancro que alastra pelo mundo: uma concepção de educação reduzida a uma contribuição para o PIB *per capita* nacional, desqualificando o seu papel para a vida democrática, entendendo por esta a defesa dos valores do pluralismo, das liberdades civis, da luta por direitos iguais para os cidadãos, não obstante a raça, classe, género, orientação sexual, religião, etc.

A sua proposta é a de um currículo que se oponha, em concatenação com o liberalismo, ao utilitarismo neoliberal. Um processo abrangente de formação ampla, não profissionalizante nem tecnicista, capaz de conduzir o aluno ao pensamento crítico, a exercitar a imaginação e ao entendimento empático do outro, num contexto de inspiração socrática inflexível perante a ideia de recursos humanos com vista ao desenvolvimento económico, antes vocacionado para a cidadania mundial.

Em *Not For Profit: Why Democracy Needs the Humanities* Nussbaum salienta que no cerne das Humanidades está a cultura e o conhecimento elaborado desta, para além da sua capacidade de promoção de valores sociais imateriais e que a desvalorização destas ao implicar limitações ao conhecimento e à cultura, penaliza a sociedade. Segundo a filósofa, as capacidades derivadas de uma formação em Humanidades, desde o nível pré-escolar ao universitário, são cruciais para a existência e a manutenção das sociedades democráticas, nomeadamente:

*the ability to think critically; the ability to transcend local loyalties and to approach world problems as a 'citizen of the world'; and, finally, the ability to imagine sympathetically the predicament of another person (Nussbaum, 2010: 7).*

A situação educativa é de tal forma grave que apesar do reconhecível papel central que as artes e as humanidades têm na história da democracia muitos encarregados de educação estão preocupados com o facto de as suas crianças não estarem a ser educadas para o sucesso financeiro.

Embora as artes e as humanidades sejam responsáveis por facultar às crianças o pensamento crítico imprescindível para a ação independente e resistência inteligente ao poder da autoridade e tradição cegas, bem como a consideração pelo outro, o que ressalta deste panorama é que estas áreas estão a sofrer um *downsize* generalizado, com a consequente erosão destas qualidades essenciais para a democracia em si.

Preço? Uma democracia de cidadãos a quem falta empatia produzirá mais formas de marginalização e estigmatização.

Em *Not For Profit: Why Democracy Needs the Humanities* Martha C. Nussbaum alerta para a “crise silenciosa” em que as nações descartam competências devido à sua “sede pelo lucro nacional” (thirst for national profit). Essa sede e os sistemas de educação correspondentes estão a desvalorizar as competências necessárias para a vitalidade democrática. Se a tendência se mantiver segundo a filósofa, as nações de todo o mundo estarão a breve trecho a produzir gerações de máquinas úteis em vez de cidadãos completos capazes de pensar por si próprios, criticar a tradição, perceber o significado do sofrimento e conquistas dos outros.

Imaginação, criatividade, pensamento rigoroso e crítico estão a perder terreno para as competências adequadas ao *profit-making*.

*Not For Profit: Why Democracy Needs the Humanities* é uma convocatória para a ação, sob a forma de um plano que substitui um modelo educativo que diminui a democracia por outro que a promove, construindo a convicção, embora primeiramente contra-intuitiva, de que a fundação da

cidadania e do sucesso nacional derivam, igualmente, das artes e humanidades. Mostra-nos a importância de aprender a conviver com os outros e a pensar por nós próprios e as artes e as humanidades como espaços privilegiados para o potenciar.

Segundo a filósofa norte-americana, a educação deve resistir às tentativas de reduzir o ensino a uma ferramenta submetida aos ditames do Produto Interno Bruto. O que está em causa é uma educação do tipo *profit-making* e uma caracterizada por um género mais inclusivo de cidadania, sendo que o florescimento económico requer as mesmas capacidades que suportam a cidadania. Uma cultura de negócio robusta exige pessoas imaginativas e críticas. Pelo que não somos forçados a escolher entre uma educação que promove o lucro e outra forma de educação que fomenta uma boa cidadania.

Não se sugere através de um lirismo ingénuo que a ciência ou a economia sejam campos abandonados de estudo, pelo contrário quando praticadas no seu melhor, estas disciplinas são insufladas pelo espírito das humanidades: ao procurar pensamento crítico, imaginação desafiadora, empatia por experiências humanas diversificadas e compreensão da complexidade do mundo.

Uma democracia moderna exige uma economia forte e uma cultura próspera. No entanto, uma economia forte é um meio para um fim que é o homem em si mesmo. Como afirma a filósofa a maioria de nós não escolheria viver numa nação próspera que deixou de ser democrática.

No entanto, por todo o mundo fazem-se sentir cortes nas artes e nas humanidades em favor do monopólio técnico.

Os objetivos nacionais devem ser, segundo este modelo educativo, o crescimento económico. Ora, se consideramos, conforme o faz Martha C. Nussbaum, o exemplo de um país como a África do Sul, sob o regime do Apartheid, em que era visível esse crescimento económico esse tipo de desenvolvimento é questionável.

Rejeitado por muitos estudiosos do desenvolvimento, esta conceção continua, no entanto, a dominar muito do *policy-making*.

Ressalva-se que modelos educativos puros dirigidos para o desenvolvimento económico são difíceis de encontrar uma vez que as democracias robustas são construídas com base no respeito individual o que não caracteriza estes modelos. No entanto, os sistemas educativos um pouco por todo lado estão aproximar-se deste modelo vocacionado para o

crescimento económico sem considerar o quanto ele se adequa às metas da democracia.

Por sua vez um modelo baseado no desenvolvimento humano está comprometido com a democracia e ao ter uma palavra a dizer nas políticas governativas é fundamental para a dignidade humana.

Reforce-se a ideia de que não se trata de desvalorizar a economia. A pergunta a fazer às escolas é, todavia, se querem dar prioridade a *profit-makers* ou a cidadãos empenhados.

Se a sociedade estiver interessada em seres humanos sensíveis à democracia, dedicados à promoção de oportunidades dirigidas à vida, liberdade e felicidade comum que competências serão necessárias para os cidadãos? Certamente a capacidade para pensar corretamente sobre os assuntos políticos que afetam as nações, examinar, refletir, discutir, argumentar sem deferências pela autoridade ou tradição, a capacidade de reconhecer os outros cidadãos como detentores de direitos iguais, apesar das diferenças relativamente à raça, religião, género ou sexualidade, tendo por estes respeito como um fim em si mesmo e não um meio para proveito próprio, a capacidade de se preocupar com a vida dos outros e as políticas e experiências necessárias para estes, bem como para as outras nações, a capacidade de imaginar uma variedade de assuntos complexos capazes de afetar a história da humanidade, de julgar criticamente e de forma informada e realista os líderes políticos, de pensar acerca do bem do país como um todo e não, exclusivamente, para determinado grupo e de conceber os desígnios nacionais como integrantes de uma realidade global alargada (Nussbaum, 2010: 25-26).

O que poderão e deverão as escolas fazer para formar cidadãos com vista a uma democracia saudável?

Desenvolver alunos capazes de conceber o mundo a partir do ponto de vista dos outros, ensinar a ter uma atitude solidária e cooperante perante a fragilidade e os mais indefesos, de uma preocupação genuína pelos outros, nomeadamente pelas minorias abandonando a tendência para as considerar como inferiores e capazes de corromper um *status quo* idealizado, disponibilizar informações credíveis sobre os grupos, relativamente a questões de natureza racial, sexual, religiosa, deficiências físicas, contrariando, assim, estereótipos, promover uma cultura de responsabilização, tratando cada criança como um agente responsável (Nussbaum, 2010: 26).

Em suma, promover vigorosamente o pensamento crítico, a competência e a coragem necessárias para formar uma voz dissidente quando isso se

justifica. Para tal, para além do conhecimento factual e lógica são imprescindíveis para o cidadão a imaginação narrativa proporcionada pelas artes e humanidades.

Do exposto sobressai a pertinência e atualidade do pensamento de Nussbaum essenciais para as nossas perguntas iniciais, ficando clara a inevitabilidade de recorrer a si, quando se trata de analisar o panorama deficitário geral do ensino das artes e das humanidades.

### **Conclusões**

As conclusões finais desdobram-se 1) num diagnóstico em que se destaca uma crise que assola as humanidades e as artes no que ao ensino diz respeito e 2) a necessidade de inverter políticas e mudar mentalidades no sentido de ultrapassar a menorização destas áreas, com o risco de a inércia conduzir ao colapsar das democracias por culpa da inoperância dos cidadãos, em virtude da sua deficiente educação, a qual compromete a sua cidadania empenhada e crítica.

### **Bibliografia**

NUSSBAUM, Martha C. (1997) *Cultivating Humanity: A Classical Defense of Reform in Liberal Education*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.

NUSSBAUM, Martha C. (2010) *Not For Profit: Why Democracy Needs the Humanities*. Princeton, N.J: Princeton University Press.



## OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa  
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,  
1349-055 Lisboa  
Tel. (00351) 21 361 94 30  
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

ALVES, Carlos. «Educação: a Ágora ou Wall Street – uma falsa questão ou, o preço de não cultivar as humanidades», *Working Paper #75*, Observatório Político, publicado em 20/10/2017, URL: [www.observatoriopolitico.pt](http://www.observatoriopolitico.pt)

### **Aviso:**

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.